## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, aproximadamente 4,1% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 17,3% vencem de 2018 a 2027 e 78,6% foram renovados tendo seus vencimentos após 2028. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 14.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada "CS Bioenergia S.A.", que tem como objeto social à exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 11. Em setembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou em Reunião Ordinária o aumento de 11% da participação societária da Companhia na CS Bioenergia S.A, e encaminhou para à aprovação nos órgãos competentes, estando o processo sob análise.

A Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, através da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63%, conforme previsto no artigo 3º:

"Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito virgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois virgula onze por cento), acrescidas da

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL -- continuação

correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução".

Em analogia a Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) O efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões. A estimativa do valor a receber decorrente da diferença entre a Receita Requerida e a Receita Verificada será mensurada e divulgada durante todo o período do diferimento, e até 31 de dezembro de 2017 representa R\$361.086. Este valor representa a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2017 e poderá sofrer alteração em função da variação da taxa Selic.

Adicionalmente a Companhia, em 21 de julho de 2017, encaminhou oficio à Agepar solicitando que o regulador defina as regras para registro da contabilidade regulatória, para evidenciação de ativos e passivos financeiros. Em 18 de setembro de 2017 foram encaminhadas informações adicionais solicitadas pela Agepar. Em 06 de novembro de 2017 à Agepar publicou portaria designando 4 servidores para comporem o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Normas de Contabilidade Regulatória para a área de saneamento, o qual deverá apresentar o resultado de suas atividades em até 90 dias.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de janeiro de 2018.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

#### 2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

#### 2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros Nota Explicativa 4
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa Nota Explicativa 5
- c) Contas a Receber de Clientes Nota Explicativa 6
- d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos Nota Explicativa 6
- e) Ativos Financeiros Contratuais Nota Explicativa 10
- f) Investimentos Nota Explicativa 11
- g) Imobilizado Nota Explicativa 12
- h) Intangível Nota Explicativa 12
- i) Arrendamento Mercantil Financeiro: A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 12 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 13.
- j) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment) Nota Explicativa 12
- k) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros Nota Explicativa 12
- 1) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Nota Explicativa 13

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

- 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação
  - m)Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explicativa 16
  - n) Provisões e Passivos Contingentes Nota Explicativa 18
  - o) Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados Nota Explicativa 19
  - p) Partes Relacionadas Nota Explicativa 20
  - q) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio Nota Explicativa 22.d
  - r) Receitas Nota Explicativa 23
  - s) Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
  - t) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
  - **u)** Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

<u>Contratos de Concessão</u>: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

- v) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- w) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

### w) Uso de Estimativas e Julgamentos -- continuação

#### Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

#### Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

#### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

### x) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

CPC 48 – Instrumentos Financeiros: O CPC 48 (IFRS 9) foi aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada, em substituição ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Uma das principais alterações está relacionada com as provisões para créditos com liquidação duvidosa, em que o modelo de perda esperada substitui o modelo de perda incorrida. A Companhia avaliou os impactos da nova norma e conclui, considerando as características de seus Instrumentos Financeiros e a política de recuperação de créditos atualmente adotada, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, que não haverá efeitos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: O CPC 47 (IFRS 15) foi aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, em substituição ao CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos: 1 - Identificar o contrato com o cliente; 2 - Identificar as obrigações de desempenho; 3 -Determinar o preço da transação; 4 - Alocar o preço da transação; e 5- Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. Considerando o objeto social da Companhia é possível verificar que não existe etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, e o reconhecimento da receita ocorre pelo faturamento dos serviços prestados em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, e concluiu que não haverá impactos significativos da referida norma nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

x) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017 -- continuação

CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 6 R2 (IFRS 16) foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estará vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento. mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações deste pronunciamento, considerando os contratos de arrendamento operacional existentes.

#### 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

#### 4.1 Gestão de Risco Financeiro

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. A riqueza em recursos hídricos e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS -- continuação

### 4.1 Gestão de Risco Financeiro -- continuação

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 21.881 e R\$ 43.762 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS -- continuação

#### 4.1 Gestão de Risco Financeiro -- continuação

empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Análise					
Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	14.280	(14.280)	28.560	(28.560)
Ativos	_	14.280	(14.280)	28.560	(28.560)
Caixa Econômica Federal	TR	(1.104)	1.104	(2.208)	2.208
BNDES	TJLP	(1.456)	1.456	(2.912)	2.912
BNDES-PAC2	TJLP	(1.472)	1.472	(2.944)	2.944
Debêntures – 2ª Emissão – 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.004)	2.004	(4.008)	4.008
Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(926)	926	(1.852)	1.852
Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série	DI	(3.442)	3.442	(6.884)	6.884
Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(907)	907	(1.814)	1.814
Debêntures – 4ª Emissão – 1ª Série	TJLP	(1.575)	1.575	(3.150)	3.150
Debêntures – 4ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(584)	584	(1.168)	1.168
Debêntures – 5 <sup>a</sup> Emissão – 2 <sup>a</sup> Série	DI	(5.093)	5.093	(10.186)	10.186
Debêntures – 6ª Emissão – 1ª Série	DI	(2.269)	2.269	(4.538)	4.538
Debêntures – 6 <sup>a</sup> Emissão – 2 <sup>a</sup> Série	DI	(4.784)	4.784	(9.568)	9.568
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC	(10.545)	10.545	(21.090)	21.090
Passivos		(36.161)	36.161	(72.322)	72.322
Efeitos no Lucro antes da Tributação	_	(21.881)	21.881	(43.762)	43.762

A TR considerada no período de 12 meses foi de 0,60% e a TJLP de 7,12%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 2,95%, obtida junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 6,89% obtida junto à CETIP SA e o IPC – FIPE foi de 2,27%, obtido na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Adicionalmente a Administração da Companhia aprovou a política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

**Derivativos:** a Companhia não possui operações de troca de índices (SWAP) ou que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (*hedge*).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS -- continuação

#### 4.2. Gestão de risco de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

	2017	2016
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.716.838	2.712.074
Caixa e Equivalentes de Caixa	(533.888)	(638.330)
Dívida Líquida	2.182.950	2.073.744
Patrimônio Líquido	5.152.654	4.808.673
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,42	0,43

#### 4.3. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado. A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

	Valor Contábil		Valor Justo	
Descrição	2017	2016	2017	2016
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	533.888	638.330	533.888	638.330
Contas a Receber de Clientes, líquido	617.337	570.503	617.337	570.503
Depósitos Vinculados	55.337	55.678	55.337	55.678
Ativos Financeiros Contratuais	201.077	172.381	201.077	172.381
Total	1.407.639	1.436.892	1.407.639	1.436.892
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e				
Arrendamento Mercantil Financeiro	2.716.838	2.712.074	2.716.838	2.712.074
Empreiteiros e Fornecedores	182.655	133.505	182.655	133.505
Contratos de Concessão	91.989	96.926	91.989	96.926
Total	2.991.482	2.942.505	2.991.482	2.942.505

Adicionalmente, no exercício de 2017 a Companhia implementou o processo de gerenciamento de riscos corporativos, com suporte de consultoria especializada.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

#### Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

#### Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Depósitos Bancários Livres	3.618	2.988
Depósitos Bancários Vinculados	20.181	24.687
	23.799	27.675
Aplicações Financeiras	510.089	610.655
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	533.888	638.330

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal, com remuneração média de 99,68% do CDI (100,18% em 2016) e Certificado de Depósito Bancário contratado a uma taxa flutuante de 100,50% a 102,00% do CDI de acordo com o prazo contratado e decorrido da aplicação.

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

#### Prática Contábil:

<u>Contas a Receber de Clientes:</u> Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referente a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de poupança para as contas de órgãos públicos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação

<u>Provisão para Perdas na Realização de Créditos:</u> Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos.

# a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2017	2016
Contas a Receber Vincendas	222.911	199.442
Contas a Receber de Parcelamentos	48.943	37.151
Ajuste a Valor Presente	(2.453)	(3.408)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	174.987	160.852
,	444.388	394.037
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	109.098	100.748
De 31 a 60 dias	29.817	25.850
De 61 a 90 dias	12.484	11.431
De 91 a 180 dias	20.636	19.505
Mais de 180 dias	172.064	165.268
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(171.150)	(146.336)
	172.949	176.466
Totais de Contas a Receber, líquidas	617.337	570.503
Circulante	606.250	559.797
Não Circulante	11.087	10.706

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$2.754 (R\$6.244 em 2016) refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$166.992 (R\$145.499 em 2016) de Particulares; R\$3 (R\$453 em 2016) do setor Federal e R\$3.200 (R\$24.270 em 2016) do setor Estadual.

#### b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldos no Início do Exercício	(146.336)	(125.395)
Valores Registrados como Despesa Baixas, Líquidas das Recuperações	(28.800) 3.986	(21.775) 834
Saldos no Final do Exercício	(171.150)	(146.336)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- continuação

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição		2016	
Clientes Particulares	103.896	81.558	
Órgãos do Governo Federal	1	7	
Prefeituras Municipais	67.253	64.771	
Totais	171.150	146.336	

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do Ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldos no Início do Exercício	(3.408)	(2.840)
Ajuste a Valor Presente	955	(568)
Saldos no Final do Exercício	(2.453)	(3.408)

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Imposto de Renda a compensar	19.903	29.219
Contribuição Social a compensar	3.783	9.422
Impostos e Contribuições retidos - órgãos públicos	1.235	1.140
Totais	24.921	39.781
Circulante	24.098	39.021
Não Circulante	823	760

## 8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Agência Nacional da Água - ANA	6.777	6.270
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	3.579	7.754
Reservas mantidas na CAIXA (1)	44.981	41.654
Totais	55.337	55.678
Circulante	5.838	9.844
Não Circulante	49.499	45.834

<sup>(1)</sup> Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a Empregados	3.898	3.739
Pagamentos Reembolsáveis	13.930	4.092
Depósitos Dados em Garantia	2.224	1.888
Fundo Municipal de Meio Ambiente (1)	43.195	44.462
Despesas Antecipadas	4.315	12.105
Cessão para Exploração de Serviços Financeiros	6.800	-
Títulos e Outros Créditos	790	935
Totais	75.152	67.221
Circulante Não Circulante	32.248 42.904	23.526 43.695

<sup>(1)</sup> Repasse de percentual da receita para os municípios conforme previsto em contrato de concessão/programa.

#### 10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

#### Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2016	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	2017
Investimento Não Amortizado	480.131	89.997	-	(10.656)	570.128
Ajuste a Valor Presente	(307.750)	(57.294)	6.649	(10.656)	(369.051)
Totais	172.381	32.703	6.649	(10.656)	201.077

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,0% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 23 e 30 anos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 11. INVESTIMENTOS

#### Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

<u>Outros Investimentos:</u> São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Descrição	2017	2016
Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A.	18.832	9.466
Investimento Reconhecido pelo Método de Custo	522	522
Investimento Reconhecido pelo Valor Justo	112	2.415
Totais	19.466	12.403

#### Investimentos em joint venture

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A. referente a aporte financeiro no montante de R\$25.858 em seu Capital Social. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumariadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2017	2016
Ativo Circulante	897	1.139
Ativo Não Circulante	60.291	59.858
<ul> <li>Imobilizado</li> </ul>	40.770	39.831
Arrendamento Mercantil Financeiro	19.519	20.026
<ul> <li>Outros</li> </ul>	2	1
Ativo Total	61.188	60.997
Passivo Circulante	1.286	37.334
<ul> <li>Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro</li> </ul>	910	37.334
• Outros	376	-
Passivo Não Circulante	12.822	-
<ul> <li>Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro</li> </ul>	12.822	-
Patrimônio Líquido	47.080	23.663
Passivo Total	61.188	60.997

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 11. INVESTIMENTOS -- continuação

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	2017	2016
Receita	2.633	-
(-) Despesas Operacionais	(5.786)	(2.701)
Resultado Financeiro	(1.324)	(5.693)
Resultado Antes dos Impostos	(4.477)	(8.394)
IRPJ e CSLL	-	-
Resultado do Exercício	(4.477)	(8.394)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldo no início do exercício	9.466	5.287
Aportes Financeiros	11.157	7.540
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%)	(1.791)	(3.361)
Saldo no final do exercício	18.832	9.466

#### **Outros Investimentos**

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$522 (R\$522 em 2016).

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201, que trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2017 equivale a R\$112.

#### 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

#### Prática Contábil:

<u>Imobilizado:</u> É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

<u>Intangível:</u> O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(u). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 13. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

<u>Capitalização de Juros e Encargos Financeiros:</u> Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

#### a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas				2017	2016
Descrição	Custo		epreciação Acumulada		Valor Líquido
Administração Outras Imobilizações	239.507 2.378		(109.943) (1.997)	129.564 381	130.449 819
Totais	241.885		(111.940)	129.945	131.268
Por Natureza				2017	2016
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada		Valor Líquido
Terrenos	-	2.309	-	2.309	2.309
Construções Civis	*1,84%	68.145	(14.774)	53.371	54.241
Benfeitorias	2%	1.933	(657)	1.276	1.166
Instalações	*5,83%	3.751	(2.134)	1.617	1.722
Equipamentos	*6,23%	51.346	(20.524)	30.822	24.626
Móveis e Utensílios	7,14%	36.390	(17.025)	19.365	19.554
Equipamentos de Informática	*19,82%	33.446	(23.888)	9.558	13.101
Veículos	*13,05%	27.511	(18.270)	9.241	8.683
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	16.518	(14.365)	2.153	5.629
Ferramentas	6,67%	536	(303)	233	237
Totais	_	241.885	(111.940)	129.945	131.268
* Taxa Média Ponderada	=	·			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Amortização

2016

2017

## 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

## b) Intangível

**Por Contas** 

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	Custo	Acumulada		V	alor Líquido	
Sistemas de Água	4.201.765	(1.382.	159) 2	.819.606	2.731.814	
Sistemas de Esgoto	4.804.732	(962.	977) 3	.841.755	3.323.219	
Resíduos Sólidos	2.076	(2.	076)	-	-	
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.093	(67.	107)	57.986	62.153	
Outros Ativos Intangíveis	94.863	(49.	522)	45.341	32.924	
Projetos e Obras em Andamento	972.060		-	972.060	1.000.861	
Estoque para Obras	53.410		-	53.410	48.422	
Totais	10.253.999	(2.463.	841) 7	.790.158	7.199.393	
Por Natureza				2017	2016	
	Taxa de		Amortização			
D 1.	Amortização	Custo	Acumulada			
Descrição	Anual		11001110100	v	/alor Líquido	
Terrenos	-	137.940	-	137.940	113.041	
Poços	*3,10%	129.581	(35.033)	94.548	89.045	
Barragens	*2,67%	144.696	(52.040)	92.656	93.351	
Construções Civis	*2,59%	2.069.512	(446.103)	1.623.409	1.387.226	
Benfeitorias	*2,67%	20.863	(2.458)	18.405	16.072	
Tubulações	*2,64%	4.872.975	(1.124.283)	3.748.692	3.480.386	
Ligações Prediais	3,33%	659.653	(204.342)	455.311	414.824	
Instalações	*5,83%	148.238	(46.273)	101.965	99.680	
Hidrômetros	10%	176.322	(67.889)	108.433	100.813	
Macromedidores	10%	5.549	(3.513)	2.036	1.939	
Equipamentos	*6,23%	532.669	(248.221)	284.448	254.223	
Móveis e Utensílios	7,14%	4.610	(2.868)	1.742	1.888	
Equipamento de Informática	*19,82%	85.754	(80.457)	5.297	8.712	
Programas de Informática	20%	48.611	(35.419)	13.192	10.372	
Veículos	*13,05%	25.388	(14.794)	10.594	4.352	
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	18.346	(16.790)	1.556	3.052	
Ferramentas	6,67%	279	(178)	101	103	
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	156	(127)	29	34	
Proteção e Preservação Ambiental	20%	22.294	(15.946)	6.348	8.844	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(67.014)	57.986	62.153	
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	93	(93)	-	-	
Projetos e Obras em Andamento	-	972.060	-	972.060	1.000.861	
Estoque para Obras	-	53.410	-	53.410	48.422	
Totais		10.253.999	(2.463.841)	7.790.158	7.199.393	

<sup>\*</sup> Taxa Média Ponderada

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

#### b) Intangível -- continuação

- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 14.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2017, referese a 133 (144 em 2016) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 93 (109 em 2016) localidades, no montante de R\$426.079 (R\$295.787 em 2016); 130 (161 em 2016) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 91 (99 em 2016) localidades, no montante de R\$372.357 (R\$569.947 em 2016), e ainda R\$173.624 (R\$135.127 em 2016) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2017 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$47.358 (R\$47.385 em 2016). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 16,4%.

Arrendamento Mercantil Financeiro: A Companhia possui contrato de Locação de Ativos avaliado em R\$199,3 milhões precedida da concessão de direito real de uso das áreas e da execução das obras necessárias para ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017. Os ativos objeto deste Arrendamento Mercantil Financeiro serão construídos e entregues pelo arrendador em quatro etapas, com intervalo de 1 (um) ano entre elas. No final de dezembro de 2017 foram concluídos e entregues para operação 72,2% do objeto do referido contrato equivalente a entregas da 1ª, 2ª e 3ª etapas contratuais (79,5% do objeto físico). A obrigação decorrente deste contrato está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas			2017	2016
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Edificações	37.434	(320)	37.114	11.390
Tubulações	94.016	(916)	93.100	26.647
Ligações Prediais	6.068	(101)	5.967	1.815
Instalações	309	(11)	298	94
Equipamentos	6.013	(157)	5.856	1.090
Totais	143.840	(1.505)	142.335	41.036

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

### c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2017:

Descrição	2016	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas e Perdas	Transferências	2017
Imobilizado		11414005			11411510101101	
Terrenos	2.309	-	_	_	-	2.309
Construções Civis	54.241	278	(1.343)	(582)	777	53.371
Benfeitorias	1.166	145	(35)	` -	-	1.276
Instalações	1.722	71	(170)	_	(6)	1.617
Equipamentos	24.626	7.905	(2.598)	(49)	938	30.822
Móveis e Utensílios	19.554	2.003	(2.002)	(198)	8	19.365
Equipamentos de Informática	13.101	252	(3.734)	(131)	70	9.558
Veículos	8.683	2.776	(1.744)	(185)	(289)	9.241
Máquinas, Tratores e Similares	5.629	11	(3.261)	-	(226)	2.153
Ferramentas	237	18	(20)	(3)	1	233
Totais Imobilizado	131.268	13.459	(14.907)	(1.148)	1.273	129.945
Intangível			· ·			_
Terrenos	113.041	8.274	-	-	16.625	137.940
Poços	89.045	209	(1.743)	(144)	7.181	94.548
Barragens	93.351	109	(2.544)	-	1.740	92.656
Construções Civis	1.387.226	45.254	(39.342)	(987)	231.258	1.623.409
Benfeitorias	16.072	138	(481)	(12)	2.688	18.405
Tubulações	3.480.386	84.960	(102.780)	(1.320)	287.446	3.748.692
Ligações Prediais	414.824	4.535	(18.931)	(600)	55.483	455.311
Instalações	99.680	792	(8.888)	(946)	11.327	101.965
Hidrômetros	100.813	16	(16.077)	(2.665)	26.346	108.433
Macromedidores	1.939	-	(380)	-	477	2.036
Equipamentos	254.223	22.266	(23.622)	(2.691)	34.272	284.448
Móveis e Utensílios	1.888	113	(203)	(88)	32	1.742
Equipamentos de Informática	8.712	15	(3.338)	(130)	38	5.297
Programas de Informática	10.372	7.523	(4.374)	(328)	(1)	13.192
Veículos	4.352	6.759	(816)	11	288	10.594
Máquinas, Tratores e Similares	3.052	-	(1.723)	-	227	1.556
Ferramentas	103	11	(12)	(1)	-	101
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	34	-	(4)	-	(1)	29
Proteção e Preservação Ambiental	8.844	415	(2.944)	33	-	6.348
Concessão do Município de Curitiba	62.153	-	(4.167)	-	-	57.986
Concessão do Município de Cianorte	-	-	(6)	6	-	-
Subtotais Intangível	6.150.110	181.389	(232.375)	(9.862)	675.426	6.764.688
Projetos e Obras em Andamento	1.000.861	680.703	-	(102)	(709.402)	972.060
Estoques para Obras	48.422	4.988	<u> </u>	-		53.410
Totais Intangível	7.199.393	867.080	(232.375)	(9.964)	(33.976)	7.790.158
Total Geral	7.330.661	880.539	(247.282)	(11.112)	(a) (32.703)	7.920.103

<sup>(</sup>a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

#### d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2017, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água e esgoto, utilizando as seguintes premissas nos cálculos:

### d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere
  o CPC 01 (R1) no seu item 33 b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os
  efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (13,1%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- Crescimento de demanda segmento água de aproximadamente 1,4% e no segmento esgoto de aproximadamente 1,9% ao ano;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

#### d.2) Unidade Geradora de Caixa - Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos que estão em operação não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor de R\$2.022, foi considerada necessária a provisão já existente em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$8.430, perfazendo o valor total de R\$10.452.

# 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

#### Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

# a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é a seguinte:

					2017	20			
Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série	0,87%	DI	82.394	-	82.394	3.566	79.803	83.369	
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série	0,90%	DI	5.113	169.726	174.839	7.822	169.315	177.137	
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série	0,67%	DI	-	-	-	111.886	-	111.886	
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série	0,72%	DI	189.372	-	189.372	1.225	188.819	190.044	
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	0,74%	DI	67.319	-	67.319	68.997	66.690	135.687	
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	1.092	130.795	131.887	1.130	127.166	128.296	
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	32.069	54.252	86.321	34.393	92.168	126.561	
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.400	15.760	19.160	3.406	19.129	22.535	
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série	1,92%	TJLP	12.374	69.563	81.937	12.284	80.788	93.072	
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	9,19%	IPCA	20.592	104.870	125.462	20.551	118.953	139.504	
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série	1,92%	TJLP	16.500	92.750	109.250	16.378	107.718	124.096	
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.588	18.669	22.257	3.595	22.211	25.806	
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	1,67%	TJLP	21.026	174.937	195.963	10.162	170.597	180.759	
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	7,44%	IPCA	10.797	90.201	100.998	4.680	78.955	83.635	
BNDES – PAC2	1,67% e 2,05%	TJLP	26.263	210.332	236.595	17.934	160.215	178.149	
Arrendamento Mercantil Financeiro	13,17%	IPC - FIPE	3.981	172.692	176.673	562	40.546	41.108	
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,68%	TR	66.668	849.743	916.411	60.592	809.838	870.430	
Saldos no Final do Período			562.548	2.154.290	2.716.838	379.163	2.332.911	2.712.074	
Empréstimos e Financiamentos			131.988	1.148.756	1.280.744	119.920	1.103.561	1.223.481	
Debêntures			426.579	832.842	1.259.421	258.681	1.188.804	1.447.485	
Arrendamento Mercantil Financeiro			3.981	172.692	176.673	562	40.546	41.108	

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2017	2016
TR	916.411	870.430
TJLP	710.066	702.637
IPCA	358.347	351.435
DI	513.924	698.123
IPC-FIPE	176.673	41.108
Sem Correção Monetária	41.417	48.341
	2.716.838	2.712.074

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

# b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro:

					Pagame	entos
Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Amortizações	Juros
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série (1)	2016	2018	80.000	8.000	2018	Semestral
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série (1)	2016	2019	170.000	17.000	2019	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série (2)	2015	2017	111.160	11.116	2017	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série (2)	2015	2018	188.840	18.884	2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (3)	2013	2018	199.670	19.967	2016/2017/2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
BNDES – 3 Contratos (4)	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco do Brasil – PSI - 11 Contratos (5)	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª série (9)	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série (9)	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú – PSI – 13 Contratos (6)	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série (10)	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série (10)	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES – PAC2 – 5 Contratos (7)	2011 a 2014	2029	682.649	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Arrendamento Mercantil Financeiro (11)	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Caixa Econômica Federal – 242 Contratos (8)	1991 a 2017	2041	1.798.476	-	Mensal	Mensal

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

#### c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2038	Total
Debêntures 2ª Emissão	49.466	45.706	45.707	45.707	45.707	45.707	38.649	316.649
Debêntures 3ª Emissão	68.411	65.398	65.397	-	-	-	-	199.206
Debêntures 4ª Emissão	31.823	30.891	30.891	30.891	30.891	30.891	110.683	296.961
Debêntures 5ª Emissão	189.372	-	-	-	-	-	-	189.372
Debêntures 6ª Emissão	87.507	169.726	-	-	-	-	-	257.233
Subtotais Debêntures	426.579	311.721	141.995	76.598	76.598	76.598	149.332	1.259.421
BNDES	32.068	30.863	7.585	7.585	7.585	635	-	86.321
BNDES – PAC2	26.263	25.582	25.582	25.582	23.129	22.408	88.049	236.595
Banco do Brasil - PSI	3.401	3.369	3.369	3.369	3.369	2.093	190	19.160
Banco Itaú - PSI	3.588	3.542	3.542	3.542	3.542	3.055	1.446	22.257
Caixa Econômica Federal	66.668	71.201	75.175	65.903	56.099	44.862	536.503	916.411
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	131.988	134.557	115.253	105.981	93.724	73.053	626.188	1.280.744
Arrendamento Mercantil	3.981	2.980	3.367	3.805	4.299	4.858	153.383	176.673
Totais	562.548	449.258	260.615	186.384	174.621	154.509	928.903	2.716.838

Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil Financeiro está demonstrado a seguir:

			2017	2016
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos	Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos
Menos de um ano	23.617	(19.636)	3.981	562
Mais de um ano e menos de cinco anos	96.165	(81.880)	14.285	3.020
Acima de cinco anos	327.125	(168.718)	158.407	37.526
Totais	446,907	(270.234)	176.673	41.108

A taxa de desconto aplicada foi de 12,4%

# d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro apresentam a seguinte movimentação:

	2017		201		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldos no início do exercício	379.163	2.332.911	230.660	2.105.348	
Liberações	-	213.321	-	494.178	
Juros e Taxas	234.116	-	238.666	-	
Variações Monetárias	-	58.878	-	50.055	
Transferências	554.231	(554.231)	356.452	(356.452)	
Amortizações	(605.108)	-	(446.496)	-	
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	146	679	(681)	(764)	
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	102.732	562	40.546	
Saldos no final do exercício	562.548	2.154.290	379.163	2.332.911	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

### e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2017 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
D 10		72.040
Debêntures 2ª Emissão	-	73.949
Debêntures 3ª Emissão	-	91.004
Debêntures 4ª Emissão	37.977	33.601
Debêntures 5ª Emissão	-	139.348
Debêntures 6ª Emissão	-	31.482
BNDES	-	49.527
BNDES – PAC2	75.512	33.454
Banco do Brasil – PSI	-	4.156
Bando Itaú – PSI	-	4.684
Caixa Econômica Federal	99.832	134.373
Arrendamento Mercantil	102.732	9.530
	316.053	605.108

#### f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

#### (i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2	2,3
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0	1,6
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0	0,7

#### (ii) Covenants de contratos da 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> Emissão de Debêntures

Limite	Realizado
Igual ou inferior a 3,0	1,5
Igual ou superior a 1.5	6.6

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO -- continuação

### f) Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants -- continuação

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

#### 14. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$91.989 (R\$96.926 em 2016), sendo R\$7.716 (R\$7.501 em 2016) registrados no passivo circulante e R\$84.273 (R\$89.425 em 2016) no passivo não circulante.

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Saldo a Pagar
2018	7.716
2019	7.716
2020	7.716
2021	7.716
2022	7.716
2023 a 2031	53.409
Total	91.989

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição		2016
COFINS a Pagar	21.616	20.237
PASEP a Pagar	4.683	4.378
COFINS – Parcelamento (1)	4.079	4.079
IPTU – Parcelamento (2)	1.667	1.749
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	36.164	34.228
Totais de Impostos e Contribuições	68.209	64.671
Circulante	66.941	63.260
Não Circulante	1.268	1.411

- (1) Parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1a. Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes. A última movimentação do processo ocorreu em 02/03/2016 quando foi redistribuído ao Ministro Gurgel de Faria.
- (2) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2017 foram quitadas 40 parcelas no montante de R\$1.022.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

# a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

		2017		2016
Descrição	Imposto Co de Renda	ntribuição Social	Imposto C de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	914.073	914.073	789.585	789.585
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(228.518)	(82.267)	(197.396)	(71.063)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	79.776	28.719	73.351	26.406
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	(2.334)	(839)	84	30
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	852	307	(142)	(51)
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	8.466	-	5.969	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	673	-	458	-
Equivalência Patrimonial	(448)	(161)	(840)	(303)
Reversão Custo com Emissão de Ações	(856)	(308)	-	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	(8.566)	(3.084)	-	-
Parcelamento IBAMA (4)	(13.978)	(5.032)	-	-
Outros	(157)	(146)	603	156
Totais das Despesas	(165.090)	(62.811)	(117.913)	(44.825)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(227.90)	1)	(162.7	738)
Alíquota Efetiva	24,9%		20,6	<b>%</b>

- (1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;
- (2) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;
- (3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008;
- (4) De acordo com a Lei nº 13.494/2017.

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Imposto de Renda	(210.740)	(148.607)
Contribuição Social	(78.778)	(55.392)
Realização do Imposto de Renda Diferido	45.650	30.694
Realização da Contribuição Social Diferida	15.967	10.567
Totais	(227.901)	(162.738)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos -- continuação

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo				2017	2016
	Estimado de	Base de	Imposto de	Contribuição		
Descrição	Realização	Cálculo	Renda	Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	369.051	92.263	33.215	125.478	104.635
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	936.642	234.160	84.298	318.458	270.615
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	13.427	3.357	1.208	4.565	4.258
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	505.634	126.409	45.507	171.916	172.236
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	49.535	12.384	4.458	16.842	15.912
PAI – Programa de Aposentadoria Incentivada	2 anos	17.408	4.352	1.567	5.919	-
Provisão para PPR	1 ano	40.704	10.176	3.663	13.839	12.647
AVJ – Investimento FINAM	1 ano	2.089	522	188	710	-
AVP de Contas a Receber	1 ano	2.453	613	221	834	-
Totais			484.236	174.325	658.561	580.303
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	362.393	90.599	32.615	123.214	107.900
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	25 anos	131.481	32.870	-	32.870	34.169
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	9.962	2.490	897	3.387	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-	-	-	-	13.952
Reserva de Reavaliação	16 anos	123.036	30.759	11.073	41.832	44.922
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	6 anos	12.132	3.033	1.092	4.125	5.363
Totais			159.751	45.677	205.428	206.306
Total líquido			324.485	128.648	453.133	373.997

# c) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2017, é a seguinte:

		Ativo Fis	cal Diferido	Passivo Fiscal Diferi		cal Diferido
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2018	34.281	12.341	46.622	7.508	2.210	9.718
2019	33.442	12.039	45.481	7.508	2.210	9.718
2020 a 2022	184.360	66.370	250.730	22.524	6.629	29.153
2023 a 2025	57.952	20.862	78.814	20.704	5.974	26.678
2026 a 2028	57.084	20.550	77.634	20.704	5.974	26.678
2029 a 2031	57.084	20.550	77.634	20.704	5.974	26.678
2032 a 2034	25.862	9.310	35.172	16.602	4.498	21.100
2035 a 2037	10.251	3.691	13.942	14.531	3.752	18.283
2038 a 2040	10.251	3.691	13.942	14.175	3.624	17.799
2041 a 2043	10.251	3.691	13.942	11.436	3.624	15.060
2044 a 2046	3.418	1.230	4.648	3.355	1.208	4.563
Totais	484.236	174.325	658.561	159.751	45.677	205.428

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 17. RECEITAS A APROPRIAR

Em 23 de janeiro de 2017, a Companhia renovou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2017 foi de R\$4.042 (R\$3.250 em 31/12/2016). O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$17.500 (R\$542 em 31/12/2016), sendo R\$4.200 (R\$542 em 31/12/2016) registrados no passivo circulante e R\$13.300 no passivo não circulante.

#### 18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

#### Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2016	Adições	Reversões	2017
Ações Trabalhistas (i)	184.236	103.259	(36.682)	250.813
Ações Cíveis (ii)	196.994	83.482	(70.495)	209.981
Ações Ambientais (iii)	113.228	133	(85.921)	27.440
Ações Tributárias (iv)	12.118	5.296	(14)	17.400
Total	506.576	192.170	(193.112)	505.634

#### b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais esta envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

### b) Passivos Contingentes -- continuação

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

D	C 4:	4
<b>Passivos</b>	Conting	entes

Natureza	2017	2016
Ações Cíveis (i)	209.613	143.176
Ações Ambientais (ii)	268.120	252.819
Ações Tributárias (iv)	14.625	8.328
Totais	492.358	404.323

#### (i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por exempregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) incidência do adicional de insalubridade no cálculo de horas extras e ii) adicional de periculosidade no patamar de 30%.

#### (ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) pedido de nulidade do contrato de concessão do município de Maringá; ii) indenização referente a contratos de obras em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

No mês maio de 2017 foi proferida decisão pela Seção Cível do TJ-PR no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, determinando a imediata suspensão de todos os processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Maringá e Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Paraná, referente a pedidos de indenização por danos morais devido à falta de água no município de Maringá. Em 2017 foi registrado provisão de R\$66.177 e reversão de R\$39.213, resultando em uma provisão líquida de R\$26.964.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

#### b) Passivos Contingentes -- continuação

#### (iii) Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental.

Conforme aprovado na 11ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, referente a 31 Autos de Infração Ambiental – AIA. O montante consolidado dos débitos, considerando o desconto (R\$30.566) preconizado na lei nº 13.494/2017, foi de R\$113.412. Para esses processos havia provisão constituída de R\$70.943, que foi revertida no mês de dezembro de 2017, e o complemento de R\$42.469 foi registrado como despesa. O detalhamento do parcelamento está demonstrado na nota 21.

#### (iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavaí, Campo Mourão, Pinhais e Porecatu.

#### c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

#### Depósitos Judiciais

Natureza	2017	2016
Ações Trabalhistas	117.447	91.216
Ações Cíveis	57.366	57.259
Ações Ambientais	5.080	2.981
Ações Tributárias	5.472	4.986
Totais	185.365	156.442

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

## 19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

#### Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxilio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$30.566 (R\$28.340 em 2016) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,9% pela patrocinadora e 36,1% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$60.241 (R\$54.877 em 2016).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário, instituindo a partir de janeiro/2017 um plano de equacionamento do déficit técnico de acordo com a legislação e aprovação dos órgãos estatutários e patrocinadores. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2017	2016
Descrição	Aposentadoria	Medica	2017	2010
Valor presente da obrigação no início do ano	979.125	510.374	1.489.499	1.192.600
Custo de juros sobre a obrigação	103.656	55.232	158.888	165.063
Custo do serviço corrente	11.526	10.303	21.829	18.715
Benefícios pagos no exercício	(97.309)	(23.037)	(120.346)	(100.717)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	196.803	6.134	202.937	213.839
Obrigação total no exercício	1.193.801	559.006	1.752.807	1.489.500
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(690.149)	(3.423)	(693.572)	(479.636)
Juros sobre os ativos do plano	(70.538)	-	(70.538)	(63.900)
Contribuição dos participantes	(1.896)	-	(1.896)	(1.897)
Contribuição da patrocinadora	-	(19.094)	(19.094)	(19.493)
Benefícios pagos no exercício	97.309	23.037	120.346	100.717
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(149.271)	(2.140)	(151.411)	(229.363)
Valor justo dos ativos no exercício	(814.545)	(1.620)	(816.165)	(693.572)
Passivo reconhecido no final do exercício	379.256	557.386	936.642	795.928
Circulante	25.284	37.159	62.443	53.062
Não Circulante	353.972	520.227	874.199	742.866

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2017	2016
Hipóteses Econômicas		
Taxa de Desconto para Saúde	10,03% ao ano	11,53% ao ano
Taxa de Desconto para Previdência	9,87% ao ano	11,54% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	10,03% ao ano	11,53% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	9,87% ao ano	11,54% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,50% ao ano	3,50% ao ano
Inflação	4,50% ao ano	5,15% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss D10	Winklevoss D10
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Light Média D40
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Valor da Obrigação no Período	1.193.801	559.006
Taxa de Juros		
Com Acréscimo de 1%	1.081.763	506.543
Variação %	(9,0%)	(9,0%)
Com Redução de 1%	1.317.443	616.902
Variação %	10,0%	10,0%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	615.600
Variação %	-	10,0%
Com Redução de 1%	-	507.615
Variação %	-	(9,0%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	1.201.746	-
Variação %	1,0%	-
Com Redução de 1%	1.186.601	-
Variação %	(1,0%)	-

### Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	%	2016	%
Renda Fixa (a)				
Cotas de Fundos de Renda Fixa	996.016		934.743	
Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado	92.611		93.067	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	30.977		28.201	
Total Renda Fixa	1.119.604	78,9	1.056.011	79,6
Renda Variável (b)				
Cotas de Fundos de Investimentos Abertos	27.587		32.479	
Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI	57.488		49.257	
Carteira de Ações			12.929	
Total Renda Variável	85.075	6,0	94.665	7,1
Imóveis (c)	40.564	2,9	41.240	3,1
Operações com Participantes (d)	75.647	5,3	66.198	5,0
Estruturados (e)				
Cotas de FIP's	28.673		22.637	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	68.869		46.365	
Total Estruturados	97.542	6,9	69.002	5,2
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.418.432	100	1.327.116	100

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2018:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2018
Custo do Serviço Corrente	9.065	9.301	18.366
Custo dos Juros	107.913	52.801	160.714
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(70.678)	-	(70.678)
Contribuições da Patrocinadora	(2.050)	(20.532)	(22.582)
Totais	44.250	41.570	85.820

#### 20. PARTES RELACIONADAS

#### Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2017, no montante de R\$74.755 (R\$114.211 em 2016) e dividendos adicionais propostos de R\$1.226 (R\$1.174 em 2016) totalizando R75.981 (R\$115.385 em 2016). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$102.624 e R\$89.611 para os exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 20. PARTES RELACIONADAS -- continuação

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2017, foi de R\$96.147 (R\$97.022 em 2016). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$8.564 (R\$7.867 em 2016).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

#### Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi aprovada pela 53ª/2017 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de abril de 2017, no montante global de R\$14.255. Para o exercício de 2016 a aprovação se deu pela 52ª/2016 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2016, no montante de R\$13.055, sendo pago a título de remuneração o montante de R\$9.142 e R\$2.454 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$11.596. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.272 referem-se a encargos sociais, R\$51 referem-se a participação nos resultados, R\$47 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$65 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$19 referem-se a Programas Complementares.

Durante o exercício de 2017, foi pago o montante de R\$12.771 (R\$11.596 em 2016), sendo R\$10.001 (R\$9.142 em 2016) a título de remuneração e R\$2.770 (R\$2.454 em 2016) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.538 (R\$2.272 em 2016) referem-se a encargos sociais, R\$83 (R\$51 em 2016) referem-se a participação nos resultados, R\$55 (R\$47 em 2016), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$88 (R\$65 em 2016) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$6 referem-se a Programas Complementares (R\$19 em 2016).

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	8.012	7.409
Contratos e Convênios com Terceiros	8.753	12.224
Convênios com Prefeituras Municipais	13.669	11.338
Cauções e Valores a Reembolsar	10.355	6.701
Indenizações Trabalhistas – PAI/PDVTC	7.020	-
Acordo Instituto Ambiental do Paraná - IAP (1)	1.620	3.780
Parcelamento IBAMA – PRD Lei 13.494/2017 (2)	85.462	-
Totais	134.891	41.452
Circulante	54.481	36.513
Não Circulante	80.410	4.939

- (1) Termo de compromisso firmado em 03/06/2016 para parcelamento de multas junto ao Instituto Ambiental do Paraná IAP, referente a 41 Autos de Infração Ambiental AIA. Acordo firmado no montante de R\$4.320 parcelados em 24 vezes de R\$180, sendo que até 31/12/2017 foram quitadas 15 parcelas no montante de R\$2.700.
- (2) Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC.

# 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a partir de novembro de 2017, a Companhia passou a negociar Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

#### a) Capital Social -- continuação

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2017, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$10,23 (R\$9,55 em 31 de dezembro de 2016).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.851.089, e sua composição acionária, é a seguinte:

					Número	de Ações
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	100.914.575	60,1	1	-	100.914.576	20,0
Prefeituras Municipais	-	-	2.310.702	0,7	2.310.702	0,5
Investidores Estrangeiros	35.631.610	21,2	192.918.997	57,4	228.550.607	45,4
Demais Investidores	31.365.568	18,7	140.593.720	41,9	171.959.288	34,1
Totais	167.911.753	100,0	335.823.420	100,0	503.735.173	100,0

#### b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.996 (R\$5.625 em 2016), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

2017	2016
87.200	92.825
(9.085)	(8.522)
3.089	2.897
81.204	87.200
	<b>87.200</b> (9.085) 3.089

#### c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

#### c) Reserva para Plano de Investimentos -- continuação

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$334.032 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

#### d) Remuneração aos Acionistas

#### Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando beneficio fiscal de R\$108.496, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

#### d) Remuneração aos Acionistas -- continuação

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos e Plano de Negócios vigentes, considerando ainda a boa condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

<u>-</u>	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício Doações e Subvenções Governamentais Constituição da Reserva Legal	686.172 (629) (34.277)	626.847 (335) (31.343)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	651.266	595.169
Dividendos Obrigatórios (25%) Dividendos Complementares	162.816 162.817	148.792 148.793
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	325.633	297.585

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2017 foi de R\$319.105 (R\$293.404 em 2016), sendo retido o valor de R\$28.025 a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,8% (5,5% em 2016). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece a política de dividendos, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$6.528 (R\$4.181 em 2016), totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$325.633 (R\$297.585 em 2016).

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$162.817, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

### e) Resultado por Ação

Em decorrência do crédito de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2017 e 31/12/2017 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio – 30/06/2017	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.724	49.847	0,29686
Ações Preferenciais	335.823.449	109.663	0,32655
Totais	503.735.173	159.510	

Juros sobre o Capital Próprio – 31/12/2017	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	49.873	0,29702
Ações Preferenciais	335.823.420	109.722	0,32672
Totais	503.735.173	159.595	•
Remuneração para 1 UNIT			1,60390

Dividendos Adicionais – 31/12/2017	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	2.040	0,01215
Ações Preferenciais	335.823.420	4.488	0,01336
Totais	503.735.173	6.528	•
Remuneração para 1 UNIT			0,06559

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foram os seguintes:

	2017	2016
Ações Ordinárias Ações Preferenciais	0,60603 0,66663	0,57312 0,63043
Valor para 1 "Unit"	1,66949	-

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

### e) Resultado por Ação -- continuação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	214.429	195.890
Ações preferenciais	471.743	430.957
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.912	225.650
Média ponderada de número de ações preferenciais	335.823	251.564
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	1,27703	0,86811
Por ação preferencial	1,40474	1,71311

### f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$34.277 em 2017 (R\$31.343 em 2016), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

#### g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$629 em 2017 (R\$335 em 2016), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

#### h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

#### h) Ajustes de Avaliação Patrimonial -- continuação

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.403 (R\$1.737 em 2016), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldos no início do exercício Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	<b>10.410</b> (3.640)	<b>12.147</b> (2.631)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	1.237	894
Saldos no final do exercício	8.007	10.410

#### 23. RECEITAS OPERACIONAIS

#### Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 23. RECEITAS OPERACIONAIS -- continuação

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Receitas		
Receitas de Água	2.539.747	2.309.458
Receitas de Esgoto	1.444.407	1.270.631
Receitas de Serviços	131.699	125.877
Receitas de Resíduos Sólidos	8.564	7.867
Serviços Prestados a Prefeituras	14.133	7.870
Doações efetuadas por Clientes	21.898	14.525
Outras Receitas	6.507	4.778
Totais das Receitas Operacionais	4.166.955	3.741.006
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(244.628)	(216.586)
PASEP	(52.926)	(46.895)
Totais das Deduções	(297.554)	(263.481)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	3.869.401	3.477.525

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$181.389 (R\$87.772 em 2016), durante o exercício de 2017, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

#### 24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

			2017			2016
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	281.909	97.117	379.026	260.680	84.818	345.498
Materiais	79.961	34.780	114.741	75.930	25.802	101.732
Energia Elétrica	334.698	36.493	371.191	345.389	37.074	382.463
Serviços de Terceiros	194.390	144.191	338.581	181.168	116.544	297.712
Depreciações e Amortizações	117.836	106.075	223.911	103.828	92.342	196.170
Outros Custos	96.747	31.938	128.685	88.873	32.660	121.533
Totais	1.105.541	450.594	1.556.135	1.055.868	389.240	1.445.108

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Comerciais		
Pessoal	115.479	104.757
Materiais	3.932	3.497
Serviços de Terceiros	79.160	69.785
Depreciações e Amortizações	6.277	5.723
Perdas na Realização de Créditos	26.401	21.890
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	28.517	19.388
Indenizações Danos a Terceiros (1)	15.856	1.182
Programa Sanepar Rural	9.479	213
Outras Despesas	30.103	26.632
Totais das Despesas Comerciais	315.204	253.067
Administrativas		
Pessoal	574.940	582.353
Materiais	39.294	34.571
Serviços de Terceiros	161.134	144.943
Depreciações e Amortizações	17.094	15.218
Taxa de Regulação (2)	14.259	45
Despesas de Viagens	9.224	7.457
Programas Sociais e Ambientais	7.116	2.160
Outras Despesas	29.633	39.425
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	(133.761)	(122.900)
Despesas Capitalizadas (4)	(86.164)	(87.111)
Totais das Despesas Administrativas	632.769	616.161
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Multas Ambientais (5)	(55.911)	-
Baixas de Ativos	(11.326)	(13.948)
Ajuste a Valor Justo – Investimentos	(2.098)	2.751
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais, líquidas	(69.335)	(11.197)

- (1) Pagamento de ação cível referente nulidade de cobrança mínima por economia para alguns condomínios do litoral;
- (2) Inicio do pagamento da taxa de regulação para AGEPAR;
- (3) Estes valores s\u00e3o primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;
- (4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços;
- (5) Maiores detalhes nas Notas Explicativas 18 b (iii) e 21 (2).

# 26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$40.704 (R\$37.198 em 2016), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2017, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. Em julho de 2017, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2016, no total de R\$28.977, representando no exercício de 2017 o montante de R\$69.681.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2017	2016
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	13.766	15.092
Aplicações Financeiras	65.622	39.510
Outras Receitas Financeiras	12.494	25.924
Totais das Receitas Financeiras	91.882	80.526
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(188.085)	(193.566)
Variações Monetárias Passivas	(53.711)	(44.914)
Outras Despesas Financeiras	(72.253)	(6.327)
Totais das Despesas Financeiras	(314.049)	(244.807)
Resultado Financeiro, líquido	(222.167)	(164.281)

### 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

# 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS -- continuação

			2017			2016
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.640.111	1.484.306	4.124.417	2.402.458	1.311.375	3.713.833
Outras Receitas Operacionais	24.776	17.762	42.538	16.027	11.146	27.173
Total da Receita Operacional Bruta	2.664.887	1.502.068	4.166.955	2.418.485	1.322.521	3.741.006
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(173.216)	(124.338)	(297.554)	(155.364)	(108.117)	(263.481)
Receita Operacional Líquida	2.491.671	1.377.730	3.869.401	2.263.121	1.214.404	3.477.525
Custo	(1.105.541)	(450.594)	(1.556.135)	(1.055.868	(389.240)	(1.445.108)
Lucro Bruto	1.386.130	927.136	2.313.266	1.207.253	825.164	2.032.417
Despesas Comerciais	(183.589)	(131.615)	(315.204)	(149.265)	(103.802)	(253.067)
Despesas Administrativas	(368.554)	(264.215)	(632.769)	(363.428)	(252.733)	(616.161)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(41.427)	(27.908)	(69.335)	(8.587)	(2.610)	(11.197)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(1.791)	(1.791)	-	(3.361)	(3.361)
Resultado Financeiro, líquido	(82.961)	(139.206)	(222.167)	(71.665)	(92.616)	(164.281)
Programa de Participação no Resultado	(40.585)	(29.096)	(69.681)	(31.333)	(21.790)	(53.123)
Provisões	259	683	942	(25.151)	(18.002)	(43.153)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(51.984)	(37.204)	(89.188)	(58.103)	(40.386)	(98.489)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	617.289	296.784	914.073	499.721	289.864	789.585
Imposto de Renda e Contribuição Social	(154.484)	(73.417)	(227.901)	(102.995)	(59.743)	(162.738)
Lucro Líquido do Exercício	462.805	223.367	686.172	396.726	230.121	626.847
Margem Operacional	23,2%	19,8%	21,9%	20,7%	21,9%	21,1%
Margem Líquida	18,6%	16,2%	17,7%	17,5%	18,9%	18,0%
EBITDA	831.690	551.832	1.383.522	687.567	483.410	1.170.977
Margem EBITDA	33,4%	40,1%	35,8%	30,4%	39,8%	33,7%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (a)	395.065	485.474	880.539	280.391	462.010	742.401
Participação Societária – CS Bioenergia	-	18.832	18.832	-	12.403	12.403
Endividamento – Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e						
Arrendamento Mercantil Financeiro	1.056.211	1.660.627	2.716.838	1.069.901	1.642.173	2.712.074
Imobilizado e Intangível, líquidos	3.445.960	4.474.143	7.920.103	3.206.916	4.123.745	7.330.661
Depreciações e Amortizações do Período	(131.440)	(115.842)	(247.282)	(116.181)	(100.930)	(217.111)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	522.722	268.218	790.940	473.193	247.054	720.247
Total do Ativo	4.404.276	5.718.395	10.122.671	4.135.857	5.318.262	9.454.119
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	2.102.761	2.867.256	4.970.017	1.870.188	2.775.258	4.645.446
Quantidade de Usuários – Não Auditado/Revisado (c)	3.087.160	2.040.292	-	3.025.780	1.953.484	-
Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado/Revisado (d)	549.127	393.667	-	587.460	408.530	-

 <sup>(</sup>a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;
 (b) Apresentadas pelo valor bruto;

Apresentadas pelo valor bruto;
Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;
Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### 29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a SOMPO Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$968.336, com vigência abrangendo o período de 09/01/2017 a 10/03/2018, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios Máquinas e Equipamentos e Veículos Estoque	497.299 411.931 59.106
Total	968.336

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 84 processos judiciais no montante de R\$294.516 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2018.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Mounir Chaowiche (Diretor-Presidente)

Paulo Rogério Bragatto Battiston (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)

Flávio Luis Coutinho Slivinski (Diretor Jurídico)

Luciano Valério Bello Machado (Diretor Administrativo)

Glauco Machado Requião (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

# CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa (Presidente)

Luiz Carlos Brum Ferreira (Vice-Presidente)

Michele Caputo Neto

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Eduardo Francisco Sciarra

Paulino Viapiana

Ezequias Moreira Rodrigues

Adriano Cives Seabra

Elton Evandro Marafigo

#### CONSELHO FISCAL

Ivens Moretti Pacheco (Presidente)

Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida

George Hermann Rodolfo Tormin

Reginaldo Ferreira Alexandre

Cesar Augusto Seleme Kehrig

#### **CONTADOR**

Ozires Kloster

Gerente Contábil

Contador

CRC-PR 030.386/O-8